

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
EDITAL

A Universidade Estadual de Campinas através da Secretaria Geral torna pública a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de um cargo (s) de Professor Titular, nível MS-6 em RTP, na área de Tecnologia para a Informação, Comunicação e Instrumentação na(s) disciplina(s) ST068 - Introdução a Inteligência Artificial; ST052 - Introdução ao Processamento Digital de Sinais; FT014 - Processamento Digital de Sinais; FT023 - Teoria da Informação, do Departamento de Coordenadoria de Telecomunicações, da(o) Faculdade de Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas.

INSTRUÇÕES

I – DAS INSCRIÇÕES

1. As inscrições serão recebidas, mediante protocolo na Secretaria Geral da Universidade Estadual de Campinas – sala 14, situada na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Barão Geraldo, no horário das 09 às 12 horas e das 14 às 17 horas, todos os dias úteis compreendidos dentro do prazo de 90 dias, a contar da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado – DOE.

1.1. Poderão se inscrever:

a) Professores Associados da UNICAMP, portadores há três anos, no mínimo, do título de livre-docente, obtido por concurso de títulos em instituição oficial e devidamente reconhecido pela UNICAMP.

b) Docentes portadores há três anos, no mínimo, do título de livre-docente, obtido por concurso de títulos em instituição oficial e devidamente reconhecido pela UNICAMP;

c) Especialistas de reconhecido valor e com atividade científica comprovada, excepcionalmente e pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, em exercício.

d) Docentes integrantes da Parte Suplementar do QD-UNICAMP que exerçam função MS-5 ou MS-6, na forma do § 3º do artigo 261 do Regimento Geral da UNICAMP.

1.2. A inscrição será efetuada mediante requerimento contendo nome, domicílio e profissão, dirigido ao Reitor da Universidade Estadual de Campinas, acompanhado dos seguintes documentos:

a) prova de ser portador do título de livre docente, ressalvadas as hipóteses previstas no subitem **1.1.**, “**c**” e “**d**” deste edital;

b) cédula de identidade, em cópia autenticada;

c) sete (7) exemplares do memorial impresso, contendo tudo que se relacione com a formação didática, administrativa e profissional do candidato, principalmente suas atividades relacionadas com a área em concurso, a saber:

c.1. descrição minuciosa de seus estudos de graduação e pós-graduação, com indicação das épocas e locais em que foram realizados e relação das notas obtidas;

c.2. indicação pormenorizada de sua formação científica e profissional, com especificação dos locais em que exerceu sua profissão, em que seqüência cronológica até a data da inscrição ao concurso;

c.3. relatório de toda a sua atividade científica, técnica, cultural e didática, relacionada com a área em concurso, principalmente a desenvolvida na criação, organização, orientação e desenvolvimento de núcleo de ensino e de pesquisa;

c.4. relação dos trabalhos publicados, de preferência com os respectivos resumos;

c.5. relação nominal de títulos universitários relacionados com a área em concurso, bem como dos diplomas ou outras dignidades universitárias e acadêmicas.

d) um (1) exemplar ou cópia de cada trabalho ou documento mencionado no memorial.

1.3. Todas as informações serão obrigatoriamente documentadas por certidões originais ou por cópias autenticadas ou por outros documentos, a juízo da CEPE.

1.4. O memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento das inscrições.

1.5. Recebidas as solicitações de inscrição e satisfeitas as condições deste edital, podendo, a título excepcional, ser concedido o prazo máximo de dez (10) dias para a complementação da documentação, a Secretaria Geral encaminhará os pedidos com toda a documentação à (ao) Grupo de Trabalho instituído pela Portaria GR Interna nº 05/2009, de 21 de julho de 2009, responsável pelo processo de abertura e realização do concurso para provimento de cargos de Professores Titulares junto à Faculdade de Tecnologia.

1.5.1. Os pedidos relativos ao disposto no subitem 1.1., “a”, “b” e “d”, deste edital, juntamente com a respectiva documentação será encaminhada pela Secretaria Geral ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria GR Interna nº 05/2009, de 21 de julho de 2009, responsável pelo processo de abertura e realização do concurso para provimento de cargos de Professores Titulares junto à Faculdade de Tecnologia, para emissão de pareceres conclusivos sobre o assunto, observando-se o disposto na Deliberação CONSU-A-23/92.

1.5.1.1. Aprovadas as inscrições nos termos do item 1.5.1 pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria GR Interna nº 05/2009, de 21 de julho de 2009, responsável pelo processo de abertura e realização do concurso para provimento de cargos de Professores Titulares junto à Faculdade de Tecnologia, as solicitações serão encaminhadas ao Reitor, que as submeterá à CEPE, acompanhadas dos Pareceres conclusivos a que se refere o subitem 1.5.1 deste edital, ressalvado o previsto no **subitem 1.1., “c”**, deste edital;

1.5.2. A CEPE, para bem deliberar sobre o pedido feito com base no **subitem 1.1. “c”** deste edital, designará uma Comissão composta de cinco (05) especialistas na área em concurso, para emitir parecer individual e circunstanciado sobre os méritos do candidato.

1.5.2.1. A Comissão será constituída por professores efetivos da Universidade Estadual de Campinas, completando-se, se necessário, o seu número, com profissionais de igual categoria de outros estabelecimentos de ensino superior no país.

1.5.3. A inscrição ao concurso público para o cargo de Professor Titular considerar-se-á efetivada se o candidato obtiver o voto favorável da maioria absoluta dos membros presentes à Sessão da CEPE, ressalvado o previsto no **subitem 1.1. “c”** deste edital, que deverá ser aprovada mediante o voto de 2/3 dos membros da CEPE em exercício.

1.5.4. A inscrição de aposentado em concurso público, nos termos da Deliberação CONSU-A-20/99, somente se efetivará se aprovada por dois terços dos membros do Conselho Universitário. O aposentado que vier a ser admitido na carreira docente somente exercerá jornada de trabalho em RTP.

1.5.5. Os candidatos inscritos serão notificados por edital publicado no DOE com antecedência mínima de trinta (30) dias, da composição definitiva da Comissão Julgadora e de seus suplentes, bem como do calendário fixado para as provas.

1.5.5.1. Caso haja solicitação por escrito de todos os candidatos inscritos e desde que não haja, a juízo da Universidade, qualquer inconveniente, a data de realização das

provas de que trata o subitem **1.5.5.** deste edital, poderá ser antecipada por até 07 (sete) dias ou postergada por até trinta (30) dias.

II – DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO

2. A Comissão Julgadora será constituída de 05 membros eleitos pela CEPE, possuidores de aprofundados conhecimentos sobre a área em concurso ou área afim, dois (2) dos quais serão pertencentes ao corpo docente da Universidade, escolhidos entre seus docentes possuidores do título de Professor Titular e o restante entre professores de igual categoria de outras instituições oficiais de ensino superior ou entre profissionais especializados de instituições científicas, técnicas ou artísticas, do país ou do exterior.

2.1. Os trabalhos serão presididos pelo Professor Titular da Universidade mais antigo no cargo, dentre aqueles indicados para constituírem a respectiva Comissão Julgadora.

III – DAS PROVAS

3. O presente concurso constará das seguintes provas:

I – prova de títulos;

II – prova didática;

III – prova de argüição.

3.1. A prova de títulos consistirá na apreciação pela Comissão Julgadora, do memorial elaborado pelo candidato, a qual a Comissão deverá emitir parecer circunstanciado.

3.1.1. O julgamento dos títulos e trabalhos será feito separadamente.

3.1.2. No julgamento dos títulos, será considerado cada um dos itens abaixo, por ordem decrescente de valor:

a) atividades envolvidas na criação, organização, orientação, desenvolvimento de núcleos de ensino e pesquisa, e atividades científicas, técnicas e culturais relacionadas com a matéria em concurso;

b) títulos universitários;

c) atividades didáticas e administrativas;

d) diplomas e outras dignidades universitárias e acadêmicas.

3.1.3. No julgamento dos trabalhos, serão considerados os trabalhos publicados.

3.1.4. Os membros da Comissão Julgadora terão o prazo máximo de 24 horas para emitir o julgamento da prova de títulos, a partir do horário marcado para o início da prova.

3.2. A prova didática constará de exposição sobre o tema de livre escolha do candidato, pertinente aos programas das disciplinas integrantes da área em concurso.

3.2.1. A prova didática deverá ser realizada de acordo com o programa publicado neste edital. Compete à Comissão Julgadora decidir se o tema escolhido pelo candidato é pertinente ao programa.

3.2.2. A prova didática terá a duração de cinquenta (50) a sessenta (60) minutos e nela o candidato deverá mostrar erudição e desenvolver o assunto escolhido, em alto nível, facultando-lhe, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, tabelas, gráficos ou outros dispositivos a serem utilizados na exposição.

3.3. A prova de argüição destina-se à avaliação geral da qualificação científica, literária ou artística do candidato.

3.3.1. Será objeto de argüição, as atividades desenvolvidas pelo candidato constante do memorial por ele elaborado.

3.3.2. Na prova de argüição, cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até trinta (30) minutos para argüir o candidato, que terá igual tempo para responder às questões formuladas.

3.3.3. Havendo acordo mútuo, a argüição, poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitando, porém, o limite máximo de uma (1) hora para cada argüição.

IV – DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS

4. O julgamento dos títulos e trabalhos será feito separadamente, sendo que cada examinador atribuirá nota de zero (0) a dez (10) a cada uma das partes, cuja média será a nota da prova de títulos.

4.1. As notas atribuídas à prova de títulos terão peso dois (2).

4.2. Para as provas didáticas e de argüição, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), ao final de cada uma delas.

4.2.1. Para efeito de julgamento final as provas didáticas e de argüição, possuem pesos um (1) e 2 (dois), respectivamente.

4.3. As notas de cada prova serão atribuídas, individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora em envelope lacrado e rubricado, após a realização de cada prova e abertos ao final de todas as provas do concurso em sessão pública.

4.3.1. A nota final de cada examinador será a média ponderada das notas atribuídas por ele ao candidato em cada prova.

4.3.2. Cada examinador fará a classificação dos candidatos pela seqüência decrescente das médias apuradas e indicará o(s) candidato(s) para preenchimento da(s) vaga(s) existente(s). O Próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerar pertinente.

4.3.3. As médias serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número_subseqüente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.

4.4. A Comissão Julgadora, terminadas as provas, divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado, em sessão reservada sobre o resultado do concurso, justificando a indicação feita do qual deverá constar tabelas e/ou textos contendo as notas, médias e a classificação dos candidatos.

4.4.1. Poderão ser acrescentados ao relatório da Comissão Julgadora, relatórios individuais de seus membros.

4.5. O resultado do concurso será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública.

4.6. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

4.6.1. Será indicado para nomeação o candidato que obtiver o primeiro lugar, isto é, maior número de indicações da Comissão Julgadora.

4.6.2. Excluído o candidato em primeiro lugar, procedimento idêntico será adotado para determinação do candidato aprovado em segundo lugar, e assim subseqüentemente até a classificação do último candidato aprovado.

4.6.3. O empate nas indicações será decidido pela Comissão Julgadora, prevalecendo sucessivamente a média geral obtida e o maior título universitário. Persistindo o empate a decisão caberá por votação, à Comissão Julgadora. O presidente terá o voto de desempate, se couber.

4.7. As sessões de que tratam os subitens **4.3, 4.4 e 4.5** deste edital serão realizadas no mesmo dia em horários previamente divulgados.

4.8. O parecer final da Comissão Julgadora do Concurso será submetido à homologação da CEPE.

4.8.1. Sendo unânime o parecer final ou contendo quatro (4) assinaturas concordantes, o mesmo só poderá ser rejeitado pela CEPE, mediante o voto de dois terços (2/3), no mínimo, do total de seus membros.

4.8.2. Se o parecer contiver somente três (3) assinaturas concordantes, poderá ser rejeitado por maioria absoluta do total dos membros da CEPE.

4.9. A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado com as respectivas classificações

V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5. O parecer final da Comissão Julgadora do Concurso, homologado pela CEPE, será publicado no DOE.

5.1. Do resultado do concurso caberá recurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário.

5.2. O prazo de validade do concurso será de 1 (um) ano (s) a contar da data de publicação no DOE da homologação dos resultados pela CEPE.

5.3. A critério da Congregação da Unidade, havendo recursos e mediante aprovação da Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – CPDI, o docente admitido neste concurso poderá ter o seu Regime de Turno Parcial estendido ao Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP, ressalvado o previsto no subitem 1.5.4. deste edital.

5.4. O presente concurso obedecerá às disposições contidas nas Deliberações CONSU-A-02/03 alterada pelas Deliberações CONSU-A-23/03 e 20/05; e Deliberação CONSU-A-23/92.

VI- PROGRAMA

ST068 - Introdução à Inteligência Artificial

Programa

Introdução à Inteligência Artificial. Lógica e Dedução. Estratégias de busca. Sistemas Especialistas. Processamento de Linguagem Natural. Sistemas de programação.

Bibliografia:

- 1) Inteligência Artificial, Stuart Russel e Peter Norvig, Editora Campus, 2004.
- 2) Learning Bayesian Networks, Richard Neapolitan, Prentice Hall, 2003.
- 3) Machine Learning, Tom Mitchell, McGraw-Hill Professional, 1st Edition, 1997.

ST052 - Introdução ao Processamento Discreto de Sinais

Programa

Sinais e Sistemas Discretos no Tempo. Amostragem de Sinais Contínuos no Tempo. Transformada de Fourier Discreta. Computação e Análise de Sinais usando Transformada de Fourier Discreta.

Bibliografia:

- 1) Discrete Time Signal Processing, A.V. Oppenheim, and R. Schaffer, Prentice-Hall, 3rd Edition, 2009.
- 2) Processamento Digital de Sinais, M. H. Hayes, Bookman, 1a Edição, 2006.

- 3) Digital Filters and Signal Processing, L.B. Jackson, Kluwer Academic Publishers, 3rd Edition, 1996.
- 4) Digital Processing of Signals: Theory and Practice, M. Bellanger, John Willey Professional, 3rd Edition, 2000.

FT 014 - Processamento Digital de Sinais

Programa

Digitalização de sinais analógicos, sinais e sistemas discretos no tempo. Estrutura de realização de sistemas discretos: equação de diferença e função de transparência, resposta em frequência e estabilidade. Filtros Digitais: classificação e estruturas de realização. Transformada de Fourier: transformada discreta de Fourier e convolução circular, algoritmo da transformada rápida de Fourier e aplicações. Efeitos de quantização de coeficientes e variáveis. Projeto de filtros digitais: projeto de filtros recursivos, projeto de filtros não recursivos, considerações práticas para implementação.

Bibliografia:

- 1) Discrete Time Signal Processing, A.V. Oppenheim, and R. Schaffer, Prentice-Hall, 3rd Edition, 2009.
- 2) Introduction to Digital Signal Processing, J.G. Proakis, Macmillian Publishing Company, 1988.
- 3) Signal Processing Algorithms in Matlab, S.D. Stears, and D.A. Ruth, Prentice Hall, 1996.
- 4) Processamento de Sinais Digitais, H. Waldman, Buenos Aires - Kapelus, 1987.

FT 023 - Teoria da Informação

Programa

Conceitos básicos da informação e comunicação; entropia; compressão de dados; Fundamentos da teoria da codificação; modelo fonte/canal; códigos detectores e corretores de erros; capacidade e codificação de canal; introdução a sistemas criptográficos.

Bibliografia:

- 1) Elements of Information Theory, T.M. Cover, and J.A. Thomas, 2nd Edition, 2006.
- 2) The Theory of Information and Coding, R.J. McEliece, Cambridge/USA, 2nd Edition, 2002.
- 3) Introduction to Information Theory and Data Compression, D. Hankersson, CRC Press, 2nd Edition, 2003.
- 4) Digital and Analog Communication, L.W. Couch, Systems Prentice Hall, 7th Edition, 2006.

Campinas, 17 de agosto de 2010.